

A pequena feiticeira filha de Paris: cidade e consumo no século XIX

Joana Monteleone¹

“A rua do Ouvidor, a mais passeada e concorrida, e mais leviana, indiscreta, bisbilhoteira, esbanjadora, fútil, noveleira, poliglota e enciclopédica de todas as ruas da cidade do Rio de Janeiro, fala, ocupa-se de tudo; até hoje, porém, ainda não se referiu a quem quer que fosse a sua própria história.”² Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), autor de *A moreninha*, escreveu as *Memórias da rua do Ouvidor* em 1878, poucos anos antes de morrer. Na época, escrever as memórias de rua não era comum no Brasil. Mas a rua do Ouvidor tinha um significado especial para a capital do Império. Ao longo dos anos, depois de 1822, a rua se tornou o ponto dos elegantes do Rio, o lugar em que ministérios eram feitos e desfeitos, onde as mulheres elegantes compravam seus mimos e as “andorinhas” depenavam seus amantes. Uma rua que significava, claramente, poder e dinheiro de quem a frequentava.

O romântico Joaquim Manuel de Macedo não poderia ter escrito as memórias de qualquer outra rua do país que não a do Ouvidor. Literato, jornalista e preceptor dos filhos da Princesa Isabel, o escritor respirava os ares de seu tempo; seguia o que lia nos livros que chegavam Paris. E os românticos franceses exaltavam Paris, suas vielas, seu comércio pujante, seus pequenos heróis e vilões cotidianos, a antiga cidade que desaparecia sob a batuta de Georges Haussmann (1809-1891), a cidade-luz, que se tornaria símbolo do século XIX.

“Morta é a velha Paris (a forma da cidade/ Muda bem mais que o coração de uma infiel)”, escreveu Charles Baudelaire (1821-1867) no poema “O cisne”, que está em *As flores do mal*. “Paris mudou! Porém minha melancolia/ É sempre igual: torreões, andaimarias, blocos/ arrebalde em tudo eu vejo alegoria/ Minhas lembranças são mais pesadas que socos.”, escreveu o poeta francês. Aqui nos trópicos, Joaquim Manuel de Macedo via a modernidade na rua do Ouvidor. Em suas memórias sobre a rua, escreveu ele que:

¹ Joana Monteleone é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo.

² Joaquim Manuel de Macedo. *Memórias da rua do ouvidor*. São Paulo: Saraiva, 1963, p. 3.

No século décimo nono, em um ou dois anos, em 1822, enfim, uma dúzia (nem tanto) de francesas sem peças de artilharia, nem espingardas, nem espadas, e apenas com tesoura e agulhas, fundaram suave e naturalmente, e sem oposição nem protestos, a França Antártica no Rio de Janeiro. [...] A França Antártica é a rua do Ouvidor desde a Primeiro de Março até a Praça de S. Francisco. [...] Honra e glória, pois, às modistas francesas, que na sua hégira de 1821 e 1822 se acolharam àquele oásis, àquela predestinada Rua do Ouvidor, da qual fizeram pequena, mas feiticeira filha de Paris, de donde sob o cetro da *Moda*, puderam logo em 1822, alçar o grito – Vive La France! – grito ainda hoje eletricamente correspondido até pelo finadíssimo, mas perpétuo redivivo urso, M. Casse-Majou.³

O Rio de Janeiro havia finalmente se tornado francês, ou melhor, havia sido tomado por francesas, que controlavam não apenas o comércio de luxo, mas a confecção de roupas e acessórios para a elite. Os franceses prosperavam na cidade e Debret, nos anos 1820 que esteve no Brasil, ainda que quisesse mostrar de maneira agradável seus compatriotas, notou que, no mesmo curto espaço de tempo descrito por Joaquim Manuel de Macedo, os franceses de fato tomaram conta do comércio de luxo da capital do império:

[...] sentimo-nos, nós franceses, estranhamente impressionados com o fato de não ver nenhuma senhora, nem nos balcões nem nos passeios. Tivemos [...] que [...] esperar até o dia seguinte, dia de festa, para observar inúmeras nas igrejas. Aí as encontramos com efeito, vestidas de um modo estranhamente rebuscado, com as cores mais alegres e brilhantes, porém obedecendo a uma moda anglo-portuguesa muito pouco graciosa, importada pela corte de Lisboa e na qual há oito anos nada se mudara, como que por apêgo demasiado respeitoso à mãe pátria. Fiz imediatamente um desenho, mas o resultado, pela sua exatidão, foi uma caricatura inútil de reproduzir porque não exprime em absoluto o caráter e o temperamento brasileiro, pois o habitante do Brasil tem-se mostrado, desde então, tão entusiástico apreciador da elegância e da moda francesas que, por ocasião de minha partida, em fins de 1831, a rua do Ouvidor (rue Vivienne, de Paris, no Rio) era quase inteiramente constituída de lojas francesas de todo tipo, mantidas pela prosperidade de seu comércio.⁴

Desta forma, a história da rua do Ouvidor mistura-se à própria história do Rio de Janeiro. Poucos anos após a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro por Mem de Sá em 1567, ao redor do ano de 1572, alguns colonos portugueses abriram, a

³ Joaquim Manuel de Macedo. *Memórias da rua do ouvidor*. São Paulo: Saraiva, 1963, p. 97.

⁴ Jean-Baptiste Debret. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1816-1831). t. I, vol. I e II, São Paulo, Martins Editora, 1940. p. 126

poucos metros da rua Direita, uma entrada em ângulo reto, em que pequenas casinhas eram mal e mal erguidas, improvisadas ainda de um traçado urbano organizado. Mas aquela não era ainda propriamente dita uma rua, mas um desvio, um “Desvio do mar”⁵, o primeiro nome da rua Ouvidor.

Em 1590, portanto, ficou decidido que aquela pequena aglomeração de trabalhadores se chamaria rua de Aleixo Manuel, que, reza a lenda, era barbeiro e cirurgião. Já para o fim do século XVII, um padre esperto e casamenteiro fez fama no lugar em que morava, justamente na rua Aleixo Manuel. Tanto fizeram as beatas e moças casadoiras, conta Joaquim Manuel de Macedo, que a rua passou a se chamar Padre Homem da Costa.⁶ E assim, ao longo dos anos, a rua continuou chamando-se Padre Homem da Costa até que o Dr. Berquó, um ouvidor da comarca, fixou residência no número 62A em 1780. A partir daí, dada a importância do ilustre morador, a rua finalmente tomou o nome que lhe deu fama e fortuna, *rua do Ouvidor*.⁷

Ao escrever sobre da rua mais famosa do Rio de Janeiro, Joaquim Manuel de Macedo, não estava apenas fazendo um livro de memórias. Leitor de livros franceses, o escritor brasileiro escrevia, “tropicalizando”, um recente gênero literário francês, o de contar como era a vida em cidades, caracterizar tipos ou contar anedotas cotidianas. Walter Benjamin, em seu texto “O flâneur”⁸, vai chamar esse novo tipo de livro de literatura escrita para vender nas ruas de “fisiologias”, em que os autores, como Girardin, descreviam tipos anedóticos encontrados em feiras e lugares pitorescos da cidade – da mesma maneira que Joaquim Macedo faria com as personagens de seu livro de memória sobre a rua do Ouvidor. O bêbado, o moço sombrio, a moça melancólica, a prostituta arrependida, o galã cafajeste eram personagens tanto do livro de Macedo como das fisiologias parisienses.

A cidade, e a multidão, eram uma novidade no século XIX e tornaram-se personagens de livros e relatos exóticos. Em 1841, segundo Benjamin, publicaram-se 76 novas fisiologias na França.⁹ Livros como *Paris à noite*, *Paris à mesa*, *Paris Pitoresca*,

⁵ Joaquim Manuel de Macedo. *Memórias da rua do ouvidor*. São Paulo: Saraiva, 1963, p. 3.

⁶ Joaquim Manuel de Macedo. *Memórias da rua do ouvidor*. São Paulo: Saraiva, 1963, p. 27.

⁷ Joaquim Manuel de Macedo. *Memórias da rua do ouvidor*. São Paulo: Saraiva, 1963, p. 49.

⁸ Walter Benjamin. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 33-34.

⁹ Walter Benjamin. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000,

Paris a cavalo multiplicavam-se e faziam sucesso. “A calma dessas descrições combina com o jeito do *flâneur*, a fazer botânica no asfalto”.¹⁰ Por aqui temos Joaquim Manuel de Macedo, que escreveu as *Memórias da rua do Ouvidor, Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro, Labirinto*.

Andar pela cidade apreciando tanto as lojas como a multidão de passantes passou a ser uma atividade com um nome e tipo reconhecido em Paris – era um *flâneur*, que, desocupado, vagava pelas galerias de cristal da cidade-luz. Mas para que o Rio se tornasse uma “pequena feiticeira parisiense”, a cidade precisava civilizar-se, “vestir-se”, “maquiar-se” para a modernidade. Não demorou muito para que uma série de melhoramentos urbanos levasse os *flâneurs* brasileiros para as ruas. Horácio, o leão protagonista de *A pata da gazela*, passa o dia não comprando e observando as moças que freqüentam a rua do Ouvidor.

Locomotivas, iluminação a gás, telégrafo, rede de abastecimento de água, encanamento do rio Maracanã, ateliês de costura, sapateiros, fotógrafos¹¹. Eram muitos os novos equipamentos urbanos que mudaram o Rio de Janeiro no século XIX. A modernidade e a civilização vinham não apenas com esses novos aparelhos urbanos, mas com a capacidade, o tempo, o dinheiro e a maneira “certa” de usufruí-los. Mas a cidade mudava lentamente e as transformações urbanas se juntavam ao que restava da cidade colonial.

A arquitetura da cidade, construída ainda na época colonial, com ruas apertadas e cortiços apinhados de gente, não favorecia um comércio de rua, ou a atividade lúdica de um *flâneur*. As calçadas eram sujas ou inexistentes, as mulheres pouco saíam de casa para as compras ou, quando saíam, era de cadeirinha, carregadas por um par de escravos. O Rio era uma cidade que tentava acompanhar as transformações urbanas do

p. 34-35.

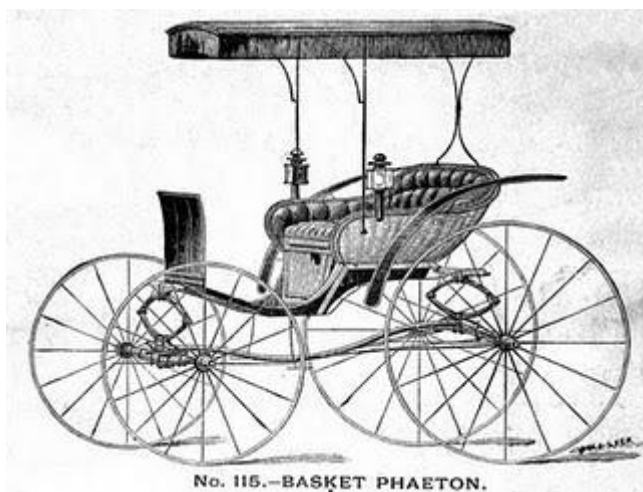
¹⁰ Walter Benjamim. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 34.

¹¹ As transformações urbanas cariocas foram realizadas mais ou menos no mesmo período, em meados do século XIX. A locomotiva *baronesa* começou a circular no Rio de Janeiro em 30 de abril de 1854, num percurso de 14 quilômetros entre a Baía de Guanabara e a Serra da Raiz, em Petrópolis. A iluminação a gás ficou a cabo da *Companhia de Iluminação a Gás, criada* em 25 de março de 1854. Três anos depois, o gás já chegava a 3.027 lâmpadas públicas, 3.200 residências e três teatros. A rede de abastecimento de água começou a ser feita pelo engenheiro Antonio Gabrielli em 1876. O encanamento do Rio Maracanã foi feito em 1850.

século XIX, que pedia passagem para os bondes, carruagens ou charretes, que pedia também novas calçadas, novas lojas e vitrines para os novos consumidores.

Bondes, carruagens, cadeirinhas tornavam as ruas cheias de gente, máquinas e cavalos, numa mistura de edificações antigas e novas, de calçamentos novos e outros semi-destruídos. As ruas demoraram para serem tomadas por pedestres e veículos, as calçadas ainda não estavam bem estabelecidas para *um flâneur*. Novos e velhos veículos conviviam e se chocavam, e davam a idéia de um novo tempo, de uma nova maneira de ver o mundo.

Machado de Assis escreveu um conto, “Anedota do Cabriolé” sobre as carruagens que circulavam no Rio de Janeiro em meados do século XIX. “A geração de hoje não viu a entrada e a saída do *cabriolet* no Rio de Janeiro. Também não saberá do tempo em que o *cab* e o *tilbury* vieram para o rol dos nossos veículos de praça ou particulares. O *cab* durou pouco. O *tilbury*, anterior aos dois, promete ir à destruição da cidade.¹²”



Um *cabriolet* com 4 rodas.

¹² Joaquim Maria Machado de Assis. “Anedota do cabriolé”, In:



O *tilbury* possuía apenas 2 rodas.

Apinhada de gente, com um porto grande, escravos por toda parte, infecções e doenças se espalhando por ruas mal cuidadas ou sem cuidados nenhum, sem calçamento e sem coleta de esgotos, os cariocas demoraram a ter o centro refeito aos moldes de grandes cidades européias. A grande reforma urbana do Rio de Janeiro, inspirada em nas transformações da Paris de Georges Haussmann, só aconteceu sob a administração de Francisco Pereira Passos (1836-1913), entre 1902 e 1906.

A cidade, ao longo do século XIX tornou-se o personagem principal do cotidiano. Se na década de 1850, as mulheres de elite pouco saíam às ruas como notou o escritor francês Gustave Aimard, citado por Afonso de Taunay, notava que em algumas décadas o cenário era outro. As damas “viviam [...] invisíveis e como que claustradas. Jamais saíam à rua à pé”¹³. Em 1882, quando volta à cidade, o cenário já era outro “Janelas abertas de par em par, enorme multidão a circular de homens e mulheres, segundo a última moda parisiense, caminhando do modo mais desembaraçado. Completamente metamorfoseado o Rio de Janeiro!”¹⁴

No Rio do século XIX, caótico e sujo, a rua do Ouvidor parecia ser de fato um oásis no meio de um inferno tropical, se lermos os relatos de cronistas e romancistas da épocas. Mas não era bem assim. São várias as reclamações de vendedoras ou donas de ateliês francesas contra os barris cheios de esgoto, carregados por escravos, que no meio

¹³ A referência à Gustave Simard encontra-se na página 142 do livro de Afonso de Taunay, *No Rio de Janeiro de D. Pedro II* (São Paulo: Agir, 1947).

¹⁴ Afonso de Taunay, *No Rio de Janeiro de D. Pedro II* (São Paulo: Agir, 1947).

do caminho vazavam ou simplesmente explodiam. A rede de esgoto ainda não estava montada e a modernidade carioca, descrita por Joaquim Manuel de Macedo, tinha muito de improvisado e fantasia. Tínhamos uma modernidade diferente, um país escravo, uma nova corte, um imperador ligado ao trono português.

Mas uma coisa era certa. Em meio a esta nova “modernidade tropical”, um novo tipo de comportamento fazia com que a rua do Ouvidor se transformasse no centro pulsante do comércio carioca – o consumo. Comprar coisas novas, em especial, roupas, acessórios de vestuário ou jóias, passar a tarde em modistas, alfaiates, chapeleiros, sapateiros ou joalheiros era um tipo novo de lazer. Uma maneira de passar as horas que era consequência direta da Revolução Industrial e do crescente aumento das importações do porto do Rio de Janeiro. Uma maneira de passar as horas que movimentava economia mundial e que não era apenas carioca.

Horácio, o protagonista de *A pata da gazela*, de José de Alencar, “uma de tantas inteligências desperdiçadas no incessante bulício da moda”¹⁵. Ou seja, gastava horas do dia a procurar a roupa perfeita, o último acessório de moda, a bengala correta para portar nos bailes da corte. Nas lojas, o fru-fru dos vestidos das moças e senhoras era incessante e conforme passavam os anos, aumentava irremediavelmente. O consumo crescente pautava as importações e movia o comércio carioca – a produção inglesa, principalmente, de tecidos não podia parar. E assim, era produção decorrente da Revolução Industrial que ditava os caminhos, ao mesmo tempo em que novos gostos e uma nova maneira de gastar o tempo ia se consolidando.

A cidade e o consumo no século XIX

Dizer que as palavras têm história não é nenhuma novidade, mas no caso de termos como moda e consumo, a história dessas palavras dizem muito de como elas foram sendo faladas, lidas e entendidas ao longo do tempo.

Dicionário Raphael Bluteau

Consumido: abrasado, queimado

¹⁵ José de Alencar. *A pata da gazela*. São Paulo: Saraiva, 1954, p. 19.

Consumir: destruir alguma coisa como o fogo consome que a lenha. Queimar, abrasar. Gastar a saúde, abreviar a vida. As doenças consomem os homens. *Consumir: estafar-se muito, Estou-me consumado (etc). Consumir: no sacrifício da Mirra é tomar o sacerdote o sangue e o corpo de Cristo Senhor nosso, debaixo das espécies de pão e vinho.*

Consumo: gasto, consumo de coisas que se comem, que consumo, que se há de fazer de gordura de porco.

Algumas considerações de Marx sobre o consumo deixam isso muito claro: “There is no production without a need, but consumption re-creates the need. Consumption without an object is no consumption, therefore, production creates, produces consumption. For one thing, the object is not simply an object in general, but a particular object which must be consumed in a particular way, a way determined by production”. ((Karl Marx. “Critique of Political Economy”. Appendix I. “Introduction to a Contribution to the Critique of Political Economy”. Chapter 1 of The Grundrisse.)

A historiadora Milena Fernandes de Oliveira ao analisar o consumo e o materialismo histórico afirma que: “Para Marx, o consumo pertence à esfera do privado, à esfera do indivíduo, à esfera da não economia; representa o momento em que o produto deixa o seu movimento social para atingir sua dimensão última subjetiva.”¹⁶

Mas o consumo, ou a idéia de se consumir coisas para viver, também uma história, que se mistura com a própria história do capitalismo. Por isso, na medida em que a produção fabril se modificava ao longo do século XIX, a maneira como as pessoas adquiriam coisas para a sobrevivência cotidiana também se transformava. Antes do desenvolvimento industrial, o trabalho e a sobrevivência estavam intimamente relacionados com a vida familiar, ou melhor, com uma estrutura familiar de sobrevivência que garantia o básico do dia-a-dia por meio do trabalho de cada um de seus membros. Mais filhos eram a garantia do futuro, não apenas porque muitas

¹⁶ Milena Fernandes de Oliveira no texto “Consumo e Materialismo Histórico: Novas Perspectivas do Marxismo Aplicado à História”, texto apresentado para Associação Nacional de História – ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História – 2007, p. 1.

crianças morriam ainda na infância e adolescência, mas porque mais braços estariam envolvidos, desde muito cedo, em trabalhos que garantiriam a sobrevivência da família.

“A família patriarcal não era uma vaga ideologia disseminada pela sociedade como ‘tradição’. Era uma forma de existência social largamente determinada pela luta pela sobrevivência em uma sociedade predominantemente agrícola e diante de uma crônica escassez.”¹⁷ A autoridade do pai significava literalmente o controle e a organização da produção familiar, de caráter basicamente rural ou semi-rural. Friedrich Engels percebeu bem a situação ao escreveu seu relato sobre a Inglaterra nos anos 1830, que resultou no livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

Antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem das matérias-primas tinham lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe da família não o fazia, o fio era vendido. Essas famílias tecelãs viviam em geral nos campos vizinhos às cidades e o que ganhavam assegurava perfeitamente a existência porque o mercado interno – quase o único mercado – era ainda decisivo para a demanda de tecidos e porque o poder esmagador da concorrência, que se desenvolveu mais tarde com a conquista de mercados externos e com o alargamento do comércio, não incidia sensivelmente sobre o salário.¹⁸

Ainda que Engles tenha, de certa forma, romantizado a vida do campo pré-revolução industrial fica claro que era vida em família que norteava a sobrevivência cotidiana.¹⁹ “Os trabalhadores sobreviviam suportavelmente e levavam uma vida honesta e tranquila, piedosa e honrada; sua situação material era bem superior à de seus sucessores: não precisavam matar-se de trabalhar, não faziam mais do que desejavam e, no entanto, ganhavam para cobrir suas necessidades (...)”²⁰. Com o surgimento do salário, e sua capacidade de troca por mercadorias, a produção caseira e familiar lentamente deu lugar à produção industrial – da mesma maneira que o consumo de

¹⁷ Stuart Ewen. “Mamães, papai e as crianças”. In: *Bravo mundo novo*. Org. CAEPM. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009, p. 242 e 243.

¹⁸ Friedrich Engles. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 47.

¹⁹ Para uma ideia mais exata sobre a produção familiar o livro de Phillipe Áries, *Centuries of Childhood*.

²⁰ Friedrich Engles. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 46.

produtos feitos em casa, pela família, deu origem ao consumo industrializado, mediado um novo tipo de *conhecimento* sobre o produto e por outros valores.

Na época descrita por Engels, os anos 30 e 40 do século XIX, os fazendeiros complementavam a produção caseira com produtos adquiridos em feiras e nas cidades, gastando poucas libras a mais por ano com este “consumo” externo à produção caseira. Um século depois, no começo dos anos 1920, cerca de 2/3 da renda de um trabalhador médio já era gasta em vendas, feiras ou lojas para comprar produtos que anteriormente era feitos em casa, mas que, com as novas maneiras de se produzir, não davam tempo às famílias de os fazerem²¹.

Marx analisa o consumo sob uma perspectiva dupla, subjetiva e objetiva, “por um lado, o indivíduo que desenvolve as suas faculdades ao produzir, igualmente as despende, as consome no ato da produção, tal como a procriação natural é um consumo de forças vitais. Em segundo lugar há o consumo dos meio de produção que empregamos, porque se gastam e se dissolvem (como na combustão, por exemplo) nos elementos do universo. O mesmo acontece com a matéria-prima que não conserva a sua forma e a sua constituição naturais mas se vê desgastada.”²²

Neste trecho, Marx recorre aos antigos significados da palavra consumo que vimos no começo desse texto, ou seja, que *consumo* seria o gasto de energia ao fazer alguma coisa, ou a destruição de algo por meio do fogo. Mas essa idéia é mesclada aos novos significados da palavra consumo dentro do capitalismo do século XIX. Consumo, então, estaria intimamente ligado à produção. “Só no consumo o produto conhece a sua realização última. Um caminho de ferro em que não passam comboios, que não se usa, não é consumido, (...). Sem produção não há consumo; mas sem consumo também não haveria produção porque neste caso, a produção não teria qualquer objetivo²³”.

Então, foi por isso que comecei este texto dizendo que palavras teriam uma história, porque na época em que Marx escreveu os trechos citados acima, a palavra consumo estava se modificando e não havia adquirido o significado contemporâneo preponderante, que é o de despendendo dinheiro²⁴. Por isso, para o pensador alemão, o

²¹ Stuart Ewen. “Mamães, papai e as crianças”. In: *Bravo mundo novo*. Org. CAEPM. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009, p. 245.

²² Karl Marx. *Contribuição para a economia política*. Lisboa: Editorial Estampa: 1973, p. 218.

²³ Karl Marx. *Contribuição para a economia política*. Lisboa: Editorial Estampa: 1973, p. 219.

²⁴ Dicionário Houaiss.

consumo seria primeiramente o consumo de matéria-prima e, depois, o gasto de dinheiro para se adquirir bens. Mas ele não separa essas duas esferas tão claramente e os dois significados acabam se misturando, contribuindo para que os novos significados da palavra consumo se consolidem no século XX, consumo significando o gasto de material para se fazer outro e consumo querendo dizer gastar dinheiro para adquirir um bem.

“Produção é consumo, consumo é produção”

Para Marx, na *Crítica à economia política*, mais exatamente no capítulo “Produção, consumo, distribuição e troca (circulação)” a produção acontece apenas na esfera da sociedade, ou melhor, não se produz nada fora da esfera de um grupo de indivíduos. “Quanto mais recuamos na história, mais o indivíduo - e portanto o produtor individual - nos aparece como elemento que depende e faz parte de um todo mais vasto”²⁵. Primeiro viria a família, depois a tribo, depois a sociedade mais organizada. O homem seria, portanto, não apenas um animal social, que vive em sociedade, mas um animal político, um “zoon politikon” e, portanto, a produção realizada fora da sociedade não teria validade alguma. “A produção realizada por um indivíduo isolado, fora do âmbito da sociedade – fato excepcional, mas que pode acontecer, por exemplo, quando um indivíduo civilizado, que potencialmente possui já em si as forças próprias da sociedade, se extravia num lugar deserto – é um absurdo tão grande como a idéia de que a linguagem se pode desenvolver sem a presença de indivíduos que vivam juntos e falem uns com os outros. Não vale a pena determo-nos mais neste ponto.”, escreve o filósofo.

Por isso, quando se fala de produção, fala-se de produção “de um determinado nível social, trata-se de produção de indivíduos que vivem em sociedade”. Mas, ao falar de consumo, Marx coloca-o no nível individual, afirmando que:

Segundo os economistas, produção, distribuição, troca e consumo constituem assim um silogismo com todas as regras: a produção é o termo universal, a distribuição e a troca são o termo particular, o consumo é o termo singular com o qual o todo se completa. Há aqui, sem dúvida, um nexos, mas bastante superficial. A produção é determinada por leis gerais da natureza; a distribuição resulta da contingência

²⁵ Karl Marx, *Crítica à economia política*, “Produção, consumo, distribuição e troca (circulação)”

social e, por isso, pode exercer uma ação mais ou menos estimulante sobre a produção; a troca situa-se entre ambas, como um movimento formalmente social; o ato final do consumo, que é concebido não apenas como resultado, mas também como objetivo final, situa-se, a bem dizer, fora da economia (a não ser quando, por sua vez, reage sobre o ponto de partida para iniciar um novo processo).²⁶

Para o filósofo o consumo seria o ato individual situado fora da economia, em que as escolhas individuais pesariam mais do que o processo de produção em grupo, “o ato final do consumo, que é concebido não apenas como resultado, mas também como objetivo final, situa-se, a bem dizer, fora da economia”²⁷. Desta forma, essa visão perpetuou-se por muito tempo dentro da história da economia e as análises sobre o consumo situavam-no *sempre e apenas* na esfera individual. Essa associação

Foi uma antropóloga americana, num amplo estudo sobre antropologia e economia, Mary Douglas, que retirou o consumo de esfera individual para situá-lo também nas escolhas e opções de um grupo, de uma determinada categoria social. Consome-se para pertencer a um grupo social, consome-se para se mostrar pertencente a um grupo, consome-se para mostrar aos outros qual a categoria social que se enquadra como indivíduo.

Mas para que esse caminho fosse feito, o significado da palavra consumo teve de transformar lentamente, de uma palavra que significava “dispêndio de energia ou lenha” para uma expressão, que em meados do século XX, queria dizer basicamente “gastar dinheiro para adquirir um bem”. Por isso, quando Mary Douglas escreveu sua *Antropologia do consumo*, em meados dos anos 1960, consumir já significava há algum tempo gastar dinheiro. Em suas diferentes categorias sociais, a antropóloga mostra que, da mesma maneira que não existe produção fora de uma sociedade, não existe consumo fora de um grupo de indivíduos. Ou seja, fazendo uma analogia com o texto de Marx – não existe consumo no deserto ou numa ilha deserta. Consome-se, afinal, para fazer parte de determinado grupo social. Mas esta idéia foi sendo construída com o tempo.

Ao longo do século XIX, “aprendeu-se” a consumir, primeiro, lentamente, e depois com a velocidade das máquinas que mudavam o tempo nas fábricas. As lojas se multiplicavam, mudavam vitrines e transformavam-se para conseguir novos fregueses.

²⁶ Karl Marx, *Crítica à economia política*, “Produção, consumo, distribuição e troca (circulação)”.

²⁷ Karl Marx, *Crítica à economia política*, “Produção, consumo, distribuição e troca (circulação)”.

Primeiro vieram as galerias de cristal, em Paris, seguidas pelas lojas das grandes magazines. Edgar Allan Poe, em “O homem da multidão”, faz seu narrador seguir um desconhecido pelas ruas e becos de Londres. Já de noite, o homem gasta mais de uma hora numa loja de muitos andares, pulando de sessão em sessão sem comprar nada, andando como que hipnotizado pelas mercadorias, pelas luzes, pelos espelhos da loja.²⁸

Mas as galerias de cristal ainda pressupunham um tempo vagaroso, ditado pelas tartarugas que os *flâneurs* teimavam em seguir pelos corredores, em busca de uma época lenta, contrárias a crescente velocidade dos novos ares do progresso.

Nas memórias da rua do Ouvidor, são os pequenos gestos do cotidiano que fazem a história da rua, como a paixão de um sapateiro inglês pelo pezinho formoso de uma vendedora francesa, ou os inocentes romances entre estudantes e donzelas, as fugas e os amores proibidos.

Desde o começo do século XIX, o Rio de Janeiro se aparelhava como capital do Império. Para tanto, a abertura de casas de comércio e outros pequenos negócios ligados ao vestuário era imprescindível. A importação de itens do vestuário alimentava uma mania, que diziam ser portuguesa, a “anglomania”, mas que na verdade, englobava também a França, com uma clara “francomania”. Hábitos, modas, jeitos importados eram copiados em sociedade – e vestir-se adequadamente era fundamental. As roupas e acessórios vinham importados, como vimos, mas aos poucos passaram a ser feitos na capital. Debret é testemunho dessa gradual mudança de costumes quando escreve que:

A anglomania portuguesa de alguns cortesãos vindos com o séquito do Rei, e imitada a princípio pelos ricos negociantes do Rio de Janeiro, os levava a mandarem vir os seus calçados de Londres. Mas logo que o Rio se tornou a capital do Reino, aí se instalaram sapateiros e boteiros alemães e franceses, abastecidos com excelentes couros da Europa; como era de esperar, os trabalhadores negros ou mulatos empregados nessas sapatarias logo se tornaram rivais de seus amos e hoje se encontra, nas lojas desses indivíduos de cor, toda espécie de calçados perfeitamente confeccionados.²⁹

²⁸ Edgar Allan Poe. “O homem na multidão”. Ver também o texto “Paris no segundo Império”, de Walter Benjamim (In: *Obras Escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense, 2000, pg. 51)

²⁹ Jean-Baptiste Debret. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1816-1831). t. I, vol. I e II, São Paulo: Martins Editora, 1940. p. 206